

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA EM SERGIPE

SUSTAINABILITY INDICATORS FROM SOCIAL PROJECTS IN SETTLEMENTS OF LAND REFORM IN SERGIPE

Ivana Silva Sobral

Bióloga, Doutora em Geografia pela UFS
ivanasobral@hotmail.com

Laura Jane Gomes

Engenheira Florestal, Professora Doutora da UFS

José Antônio Pacheco

Geólogo, Professor Doutor da UFS

RESUMO

Este trabalho objetivou selecionar e mensurar indicadores sociais para avaliar quantitativamente e qualitativamente os índices de desenvolvimento social dos projetos de assentamentos (PA) de reforma agrária dos Territórios da Cidadania do Alto Sertão e do Sertão Ocidental Sergipano. Para isto, realizou-se pesquisa documental e entrevista com as lideranças de 32 projetos de assentamentos. Constatou-se que a maioria das famílias assentadas é representada por uma associação de moradores, além de já terem sido contempladas com casas, assistência técnica, energia elétrica, agentes de saúde e cisternas para uma melhor convivência com a seca; no entanto, o analfabetismo ainda é elevado e a seca é um dos maiores entraves para o desenvolvimento dos assentamentos dos Territórios do Alto Sertão e Sertão Ocidental Sergipano.

Palavras-chave: Territórios da Cidadania, caracterização socioeconômica, indicadores de sustentabilidade social, assentamentos.

ABSTRACT

This work aimed to select and measure social indicators for the quantitative and qualitative indices of social development projects of land reform settlements in the Territories of Citizenship of the Upper West Hinterland and Sergipe's Hinterland. For this, we carried out desk research and interviews with the leaders of 32 settlement projects. It was found that most of the resettled families are represented by an association of residents, have already been covered with houses, technical assistance, electricity, health workers and tanks for a better living with the drought. However, illiteracy is still high and the drought is still one of the biggest barriers to the development of settlements in the Territories of the Upper West Hinterland and Sergipe's Hinterland.

Keywords: Territories of Citizenship, socioeconomic indicators, social sustainability indicators, settlements.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o Ministério de Desenvolvimento Agrário está apoiando diretamente em torno de 120 territórios rurais¹ em 1.833 municípios, pela qual residem aproximadamente 37,4 milhões de brasileiros e encontram-se 42% da demanda social do MDA, constituída por agricultores familiares, assentados pela reforma agrária, trabalhadores rurais e de populações tradicionais (MDA, 2010). Nesse contexto, foram criados inicialmente 60 Territórios da Cidadania para atender os municípios com os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país e baixo dinamismo econômico (BRASIL, 2008).

Segundo o MDA (2010) a concepção do programa Territórios da Cidadania² “difere de outros programas sociais por não se limitar a enfrentar problemas específicos com ações dirigidas. Ele combina diferentes ações para reduzir as desigualdades sociais e promover um desenvolvimento harmonioso e sustentável”.

Em Sergipe, no ano de 2010, os Territórios da Cidadania atingiram 53 municípios, perfazendo uma área de 17.508 km², nos territórios do Alto Sertão, Sertão Ocidental, Baixo São Francisco e Sul Sergipano; e utilizaram R\$ 516.662.361,29 em ações relativas às seguintes temáticas: direitos e desenvolvimento social; organização sustentável da produção; saúde; saneamento e acesso a água; educação e cultura; infraestrutura; apoio à gestão territorial e infraestrutura, por meio dos diversos ministérios dentre eles: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério das Cidades.

A população residente na área de atuação deste programa em Sergipe é composta por 966.520 habitantes, sendo que 447.841 vivem na zona rural. O IDH médio/ano é de 0,60, o que aponta para um baixo desenvolvimento humano destes territórios. O Território do Alto Sertão apresenta o menor IDH (0,58) entre os quatro territórios do Estado.

Esta pesquisa objetivou selecionar e mensurar indicadores sociais para avaliar quantitativamente e qualitativamente os índices de desenvolvimento social dos projetos de

¹ Os Territórios Rurais, de acordo com o Programa Nacional de Apoio aos Territórios Rurais - PRONAT, são “espaços rural de integração, articulação e conservação da diversidade atores sociais, identidades culturais, interesses políticos e políticas públicas (ROCHA; FILIPPI, 2007).

² Os Territórios da Cidadania são espaços cujos municípios apresentam menor IDH; maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior concentração de agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; baixo dinamismo econômico; maior organização social.

assentamentos de reforma agrária dos Territórios da Cidadania do Alto Sertão e do Sertão Ocidental Sergipano.

MATERIAIS E MÉTODOS

ÁREA DE ESTUDO

Dos 32 projetos de assentamento de reforma agrária pesquisados, oito estão situados no Sertão Ocidental, nos municípios de Carira, Lagarto, Simão Dias e Poço Verde; e 24 estão situados no Alto Sertão Sergipano nos municípios de Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Monte Alegre, Porto da Folha, Gararu e Glória.

COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta e a análise dos dados aconteceram por meio da metodologia Marco para la Evaluación de Sistemas de Manejo de recursos naturales incorporando Indicadores de Sustentabilidad (MESMIS), que apresenta as seguintes etapas (ASTIER; GONZALEZ, 2008):

1- Caracterização dos projetos de assentamentos de reforma agrária

A caracterização dos projetos de assentamentos de reforma agrária foi realizada por meio de pesquisa documental e uso da ferramenta de Diagnóstico Rápido participativo (DRP) caminhada transversal com guias locais.

2- Determinação das fortalezas e debilidades dos sub-sistemas sociais

As fortalezas e debilidades foram determinadas com base na legislação brasileira e nos anseios dos assentados, verificados a partir dos DRP's, aplicados com as famílias assentadas dos 32 projetos de assentamentos.

3- Seleção de indicadores de desenvolvimento social

Os indicadores de desenvolvimento social foram selecionados com base nos dados primários coletados por meio das entrevistas com as lideranças locais dos 32 projetos de assentamentos. Estas entrevistas abordaram características relacionadas a população; organização social, infraestrutura, sistema produtivo, educação, saúde, cultura e lazer.

4- Mensuração dos indicadores;

Inicialmente foram criados índices para cada indicador, com base nos seguintes procedimentos: a) estabelecimento dos indicadores com seus respectivos pesos que irão variar de 0 a 1; b) organização dos valores posicionados em ordem crescente; c) cálculo do índice

social ; d) com base nestes índices, calculo do índice de sustentabilidade social de cada assentamento.

5- Integração dos resultados

Os resultados dos índices dos indicadores sociais foram integrados no Excel por meio do gráfico em formato de teia.

6- Recomendações

As recomendações são as ações de manejo necessárias para potencializar as fortalezas e que foram definidas por meio dos anseios dos assentados, da legislação brasileira e da percepção dos pesquisadores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do quadro de degradação social e ambiental pelo qual se encontra o meio rural brasileiro, o Planejamento Ambiental surgiu, nas três últimas décadas, em razão do aumento dramático da competição por terras, água, recursos energéticos e biológicos, que gerou a necessidade de organizar o uso da terra, de compatibilizar esse uso com a proteção de ambientes ameaçados e de melhorar a qualidade de vida das populações. O planejamento sob a ótica socioambiental visa integrar informações, diagnosticar o ambiente, prever ações e normatizar seu uso através de uma linha ética de desenvolvimento.

Compartilhando deste enfoque, estão aqueles que se preocupam com a conservação das bases lógicas sociais e econômicas que regem uma determinada área de interesse. Assim, os princípios do planejamento ambiental se remetem diretamente aos conceitos de sustentabilidade e multidisciplinariedade, os quais, por sua vez, exigem uma abordagem holística de análise para posterior aplicação (SANTOS, 2004). Em suma, o planejamento ambiental propõe elaborar uma análise em que a tríade meio, sociedade e natureza passa a ser entendida como uma unidade coesa.

O planejamento ambiental ou territorial é definido, de maneira generalizada, como sendo uma atividade intelectual pela qual se analisam os fatores físicos-naturais, econômicos, sociais e políticos de uma zona (um país, uma região, um município etc.) e se estabelece as formas de uso que consideram adequadas para ela, definindo sua amplitude e localização e

fazendo recomendações sobre as normas que devem regulamentar o uso do território e de seus recursos na área considerada (CENDRERO, 1982).

No setor público, a Política Nacional de Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938 de 31 de agosto 1981, é considerada o marco da gestão ambiental no Brasil. Esta Política, por meio de diretrizes e instrumentos de planejamento ambiental, objetiva “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana [...]” (BRASIL, 1981).

Índices de Desenvolvimento Social e Caracterização Social dos Projetos de Assentamentos do Alto Sertão e do Sertão Ocidental Sergipano

O Índice de Desenvolvimento Social foi definido matematicamente pelo somatório dos valores dos indicadores sociais, dividido pelo número de indicadores. Para mensurar o índice de Desenvolvimento Social dos assentamentos, esta pesquisa selecionou os seguintes indicadores (Quadro 1):

Quadro 1: Indicadores sociais selecionados, Índices dos Indicadores, Critérios para definir Fortalezas e Ações de Manejo propostas para potencializar as fortalezas dos projetos de assentamentos de Sergipe.

Indicadores	Índices dos Indicadores	Critérios para definir as fortalezas	Ações de manejo para potencializar as fortalezas
Habitação	Barracos de lona, palha ou taipa 0 Casas de alvenaria sem reforma 0,50 Casas de alvenaria com reforma 1,00	Lei Federal 11.124/05	Acessar ao crédito habitação e/ou reforma; Mobilização
Água	Açudes 0 Carro pipa 0,125 Carro pipa e cisternas 0,25 Água encanada, falta periodicamente ou carro pipa, poços e cisternas 0,375 Água encanada, falta periodicamente e cisternas 0,50 Água encanada, falta periodicamente, cisterna e carro-pipa 0,625 Poços, chafariz e cisterna 0,75 Água encanada e não falta 0,875 Água encanada e cisterna 1,00	Lei Federal 11.445/07	Construção de poço artesiano, chafariz, cisternas e distribuição domiciliar
Energia Elétrica	Não há 0 Há, mas falta periodicamente 0,50 Há e não falta 1,00	Lei Federal 11.445/07	Implementação do Programa Luz para Todos
Acesso a transporte	Não há 0 Precário 0,50 Há 1,00	Anseio dos assentados	Mobilização das famílias
Agente de saúde	Não há 0 Há 1,00	Lei Federal 11.350/06	Mobilização das famílias
Acesso à Educação de crianças e adolescentes:	Não há transporte escolar, nem escola 0,00 Não há transporte escolar, mas há escola até o 1º ano no PA 0,50 Há transporte escolar, mas não há escola no PA 0,75	Indicado pelos sujeitos locais e Lei Federal 9394/96	Mobilização das famílias

	Há transporte escolar, e escola no PA	1,00		
Educação de Jovens e Adultos	Não há	0	Resolução CNE/CEB N° 1/2000	Mobilização das famílias
	Há	1,00		
Associação comunitária	Não há	0	Lei Federal 11.326/06	Mobilização das famílias
	Há, mas encontra-se inoperante.	0,45		
	Há 1 associação	0,90		
	Há 2 ou mais associações	1,00		
Capacitação profissional	Não há	0	Lei Federal 11.326/06	Elaboração de projetos; Articulação de ONG's e das famílias assentadas
	Há	1,00		

Organização: pesquisa

Dos 32 projetos de assentamento de reforma agrária pesquisados nos territórios da Cidadania do Sertão Ocidental e Alto Sertão Sergipano constatou-se que a maioria possui entre 31 e 50 famílias assentadas (42%); 23 % possuem entre 21 e 30 famílias; 16% possuem até 20 famílias; 13% possuem mais de 70 famílias; e 6% possuem entre 51 a 70 famílias (Figura 1).

A quantidade de famílias nos assentamentos dos territórios da cidadania do Sertão Ocidental e Alto Sertão Sergipano é relativamente pequena comparada com assentamentos de outros Estados Brasileiros. Isto se deve a pequena dimensão territorial do Estado de Sergipe.

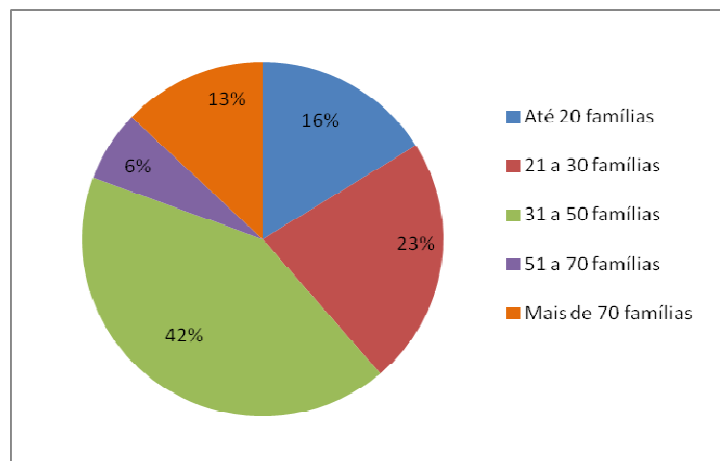


Figura 1 - Número de famílias nos PA's dos Territórios da cidadania pesquisados.

No que se refere a organização dos projetos de assentamentos, verificou-se que a maioria dos PA's possui uma associação de moradores (74%); 19% não possuem e 7 % possuem duas associações (Figura 2).

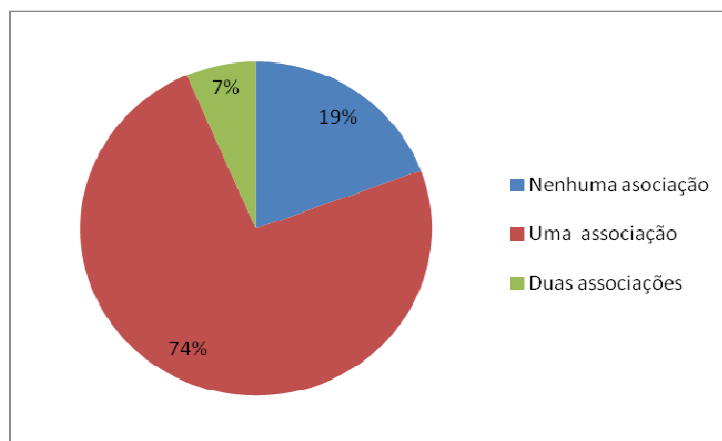


Figura 2 - Percentuais de PA's que possuem associações comunitárias

As associações de trabalhadores rurais, quando bem organizadas, são importantes para a mobilização, para o acesso ao crédito, dentre outros benefícios advindos da uma “boa” governança. Esta é essencial para um desenvolvimento local, que incorpora ao desenvolvimento econômico, equidade social (SANTOS, 1997) e conservação ambiental.

No desenvolvimento local, as articulações entre os atores sociais, darão sustentação e viabilidade política a iniciativas e ações capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade (CASTELLS; BORJA, 1996).

Constatou-se também que os PA's Pioneira, Edimilson de Oliveira e Queimada Grande estão entre os mais desenvolvidos entre os PA's pesquisados (Figuras 3 à 5). O PA Pioneira, é assistido pelo Projeto Dom Helder Câmara que é um acordo de empréstimo entre o MDA e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) que visa “desenvolver ações estruturantes para fortalecer a Reforma Agrária e a Agricultura Familiar no semiárido nordestino”, ao investir “efetivamente na articulação e organização dos espaços de participação social” (BRASIL, 2010).

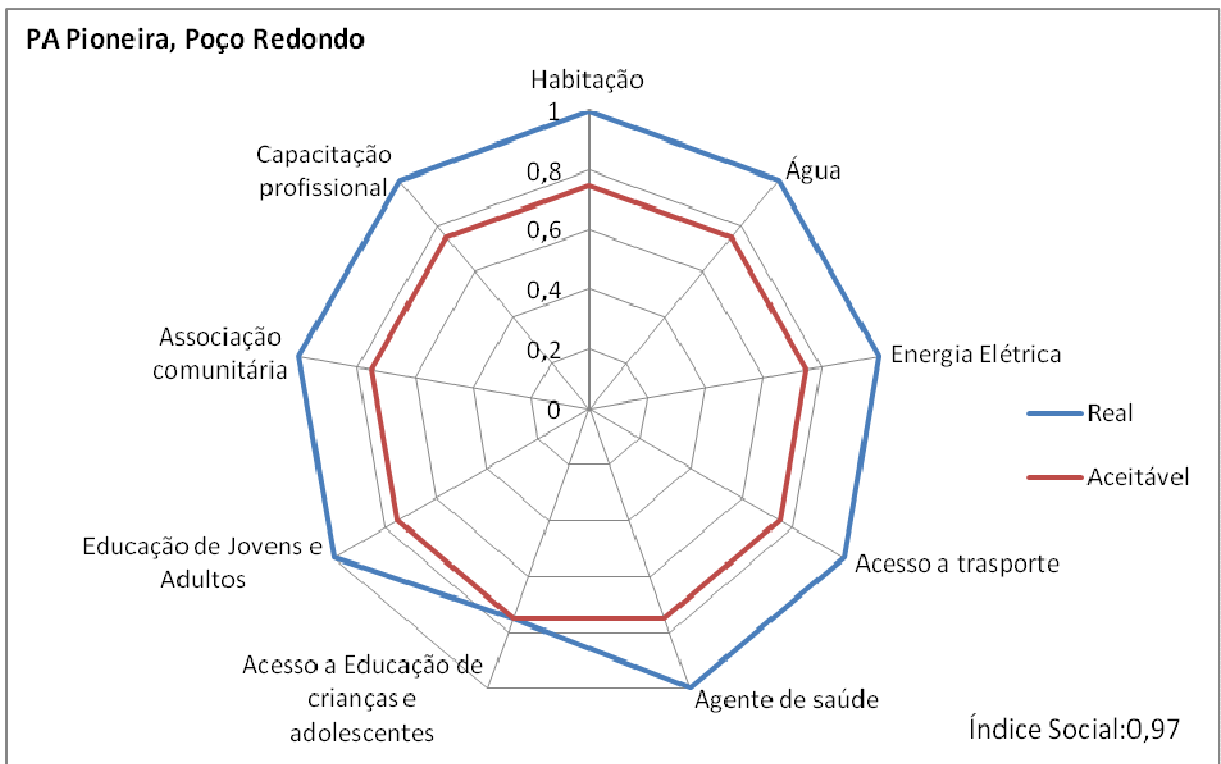


Figura 3: Integração dos Indicadores Sociais do PA Pioneira, seus respectivos valores e Índice Social.

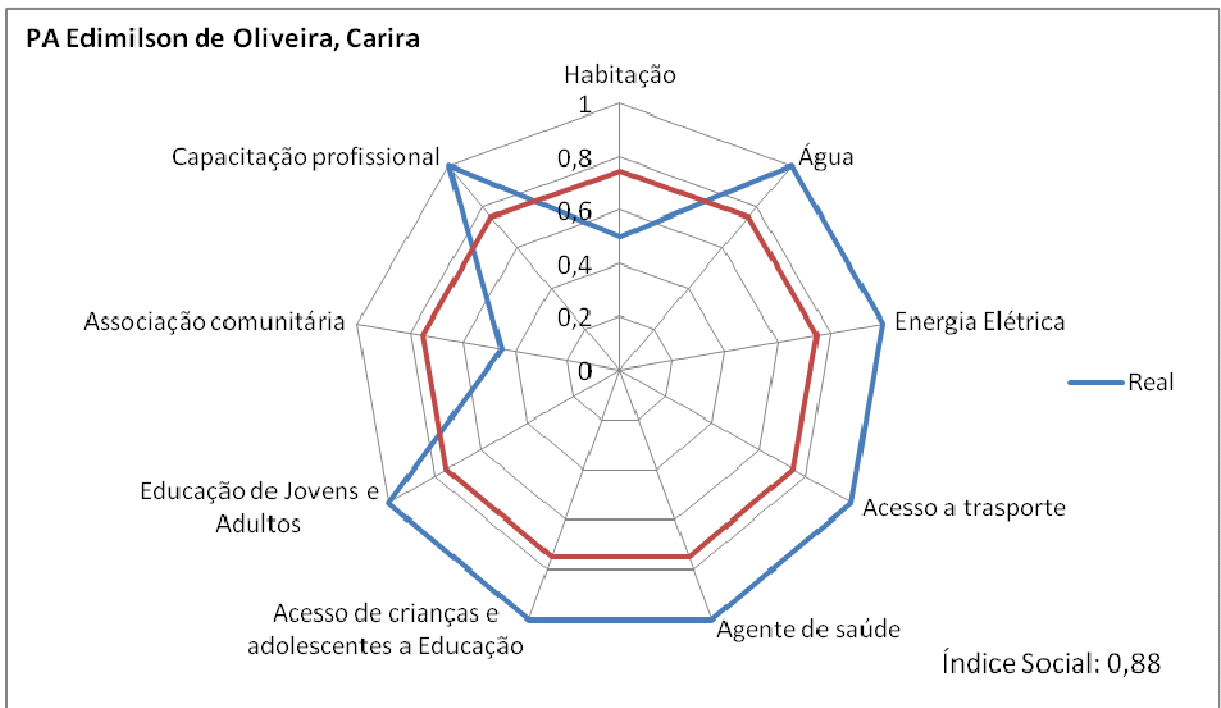


Figura 4: Integração dos Indicadores Sociais do PA Edimilson de Oliveira, seus respectivos valores e Índice Social.

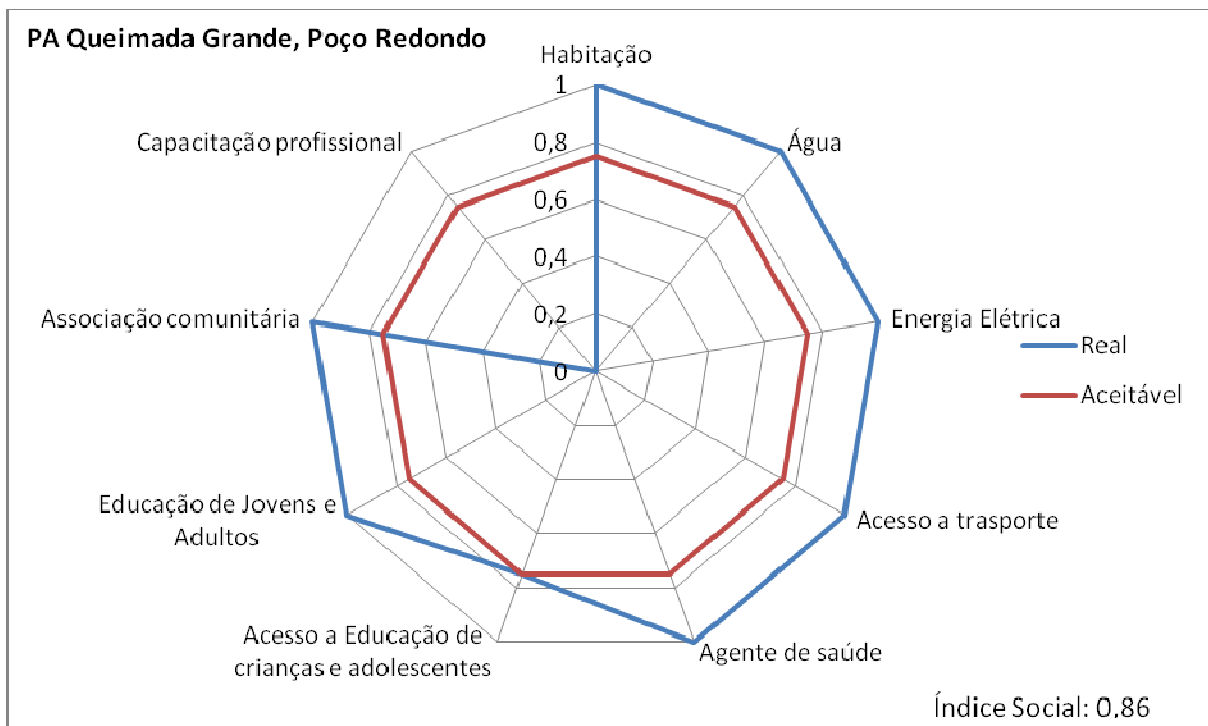


Figura 5: Integração dos Indicadores Sociais do PA Queimada Grande, seus respectivos valores e Índice Social.

Um fator crucial para que o PA Pioneira tenha, entre os PA's analisados, o melhor índice de sustentabilidade social (0,97) é "robustez" institucional advinda da interação de instituições em busca de propósitos comuns. O conceito de "robustez institucional" compreende fatores sociais e culturais que também estão por trás do sucesso socioeconômico. Os mais importantes fatores que contribuem para sua consecução são: forte presença institucional; altos níveis de interação entre instituições locais, incluindo contatos, cooperação e intercâmbio de informação; desenvolvimento de estruturas; desenvolvimento de consciência mútua (GONÇALVES; GAIO, 2002).

Com relação à infraestrutura, a maior parte das famílias assentadas (87%) reside em casas de alvenaria, sendo que 35% destas casas já foram reformadas e 52 %, ainda não (Figura 6). Os 13 % das famílias que residem em barracos de lonas ou taipa convivem com situações precárias de sobrevivência, uma vez que não possuem qualquer tipo de infraestrutura básica, tais como água encanada, luz e saneamento sanitário. Para reverter esta situação propõe-se uma maior mobilização das famílias por meio das associações comunitárias, visando o acesso à políticas públicas destinadas para a zona rural, tais como, Minha Casa, Minha Vida Rural; Brasil Sem Miséria; CAD Único; Luz para Todos; Brasil Carinhoso; Sergipe Mais Justo e Fundo Clima.

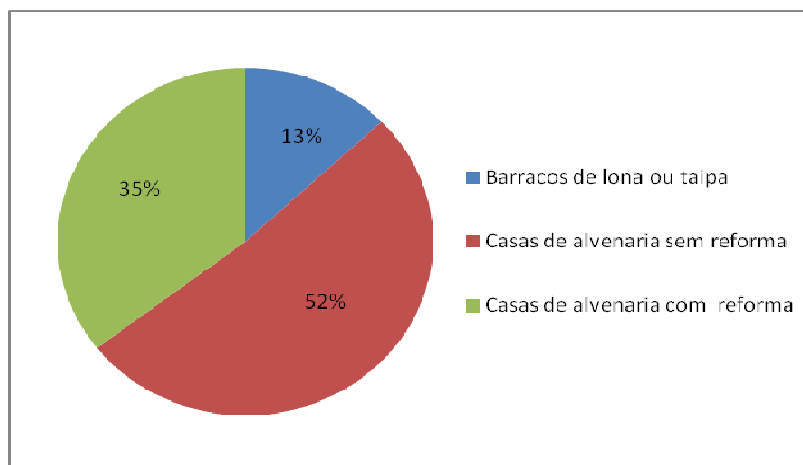


Figura 6- Moradias dos PA's pesquisados

Ao verificar o tipo de sistema de abastecimento de água, foi constatado que a maioria dos PA's possui cisternas (87%) que são utilizadas durante o período chuvoso; no entanto, durante o período de seca, apenas 32 % dos PA's são abastecidos por meio de água encanada; 29 % possuem encanamento, mas a água falta constantemente; 6% possuem poços artesianos e 58 % são abastecidos pela Defesa Civil, por meio de carros-pipas, nos períodos mais críticos (Figura 7).

A cisterna, por meio da captação da água pluvial, ajuda o sertanejo a melhor conviver com a seca. No entanto, nos períodos de maior estiagem, as cisterna secam e as famílias ficam a espera de carro pipa para sanar as necessidades básicas, ficando a produção de alimentos inviabilizada por falta de água, o que compromete a sustentabilidade social e econômica do projeto de assentamento.

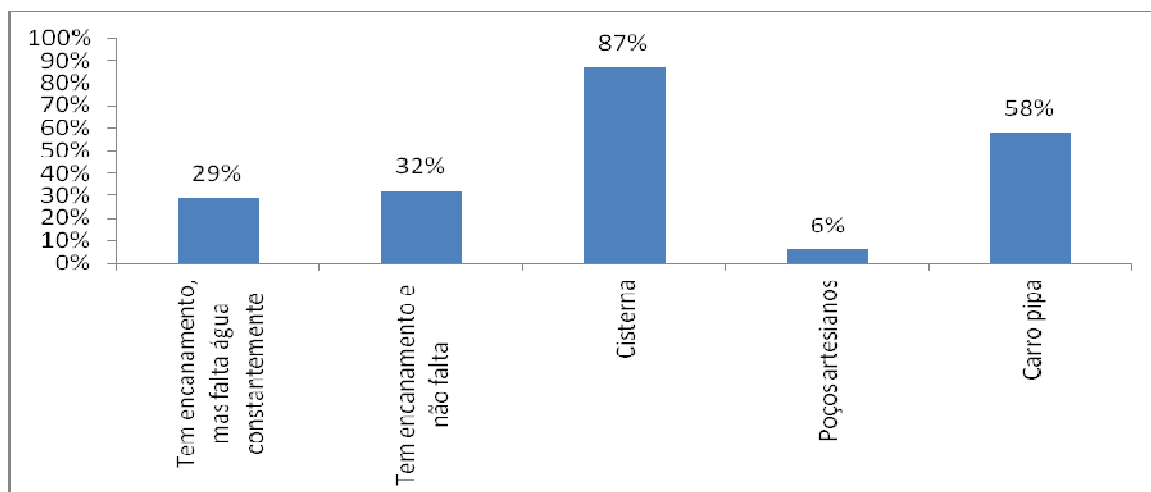


Figura 7 - Sistema de abastecimento de água dos PA's pesquisados

A maioria dos PA's possui algum tipo de transporte (71%), sendo que o transporte escolar realizado pelas prefeituras é gratuito (Figura 8).

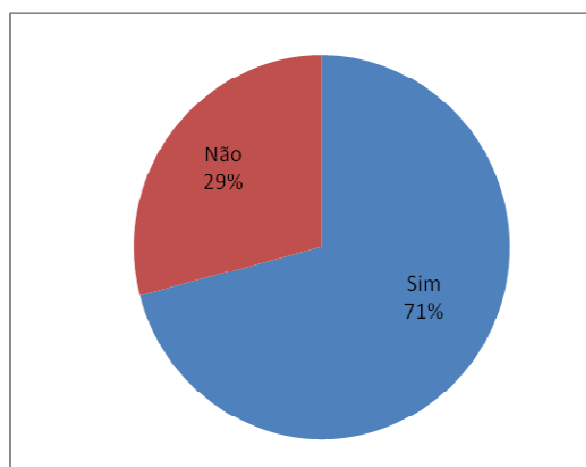


Figura 8 - Existência de transporte nos PA's pesquisados

Com relação ao sistema produtivo, a maioria dos assentamentos possui curral (97%), sendo que 71% possuem curral comunitário e 26% possuem currais individuais. Apenas 3% não possuem curral (Figura 9). A pecuária é fonte de renda e alimento para os assentados do Alto Sertão e Sertão Ocidental, que enfrentam a baixa produtividade agrícola em virtude da severidade do clima seco.

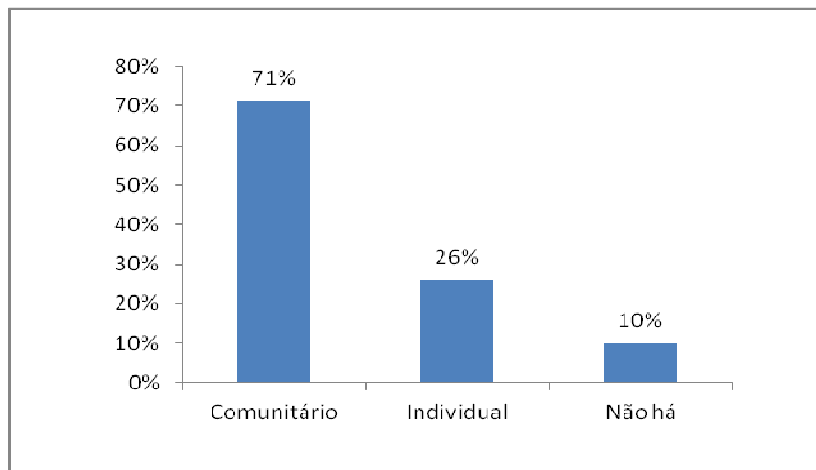


Figura 9 - Existência de currais nos PA's pesquisados

Com relação ao sistema produtivo dos projetos de assentamentos de reforma agrária do Alto Sertão e Sertão Ocidental Sergipano pesquisados, a maioria (71%) possui assistência técnica (Figura 10). As instituições citadas como responsáveis pela assistência técnica foram FETASE; Projeto Dom Helder Câmara e MST.

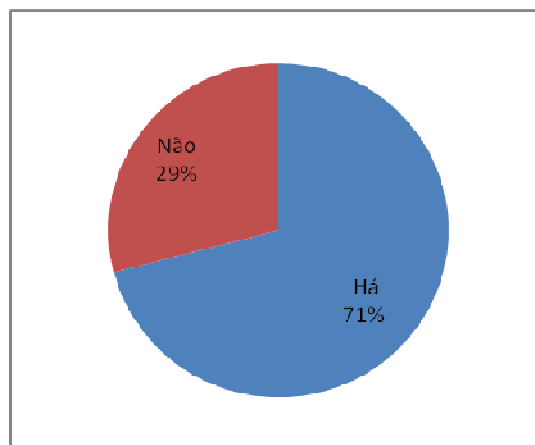


Figura 10 - Assistência técnica nos PA's pesquisados.

A mão de obra dos PA's pesquisados é familiar. As principais atividades desenvolvidas são a criação de gado e ovelha e o cultivo de milho, feijão, palma, abóbora e mandioca.

Com relação a Educação, 45% dos PA's possuem escolas, sendo que 19% têm escolas até o 1º ano do ensino fundamental, e 26% possuem escolas até o 5º ano do ensino fundamental (Figura 11). Aproximadamente a metade dos PA's desta pesquisa, 45%, são assistidos pelo Programa Federal de alfabetização para jovens e adultos (Figura 12).

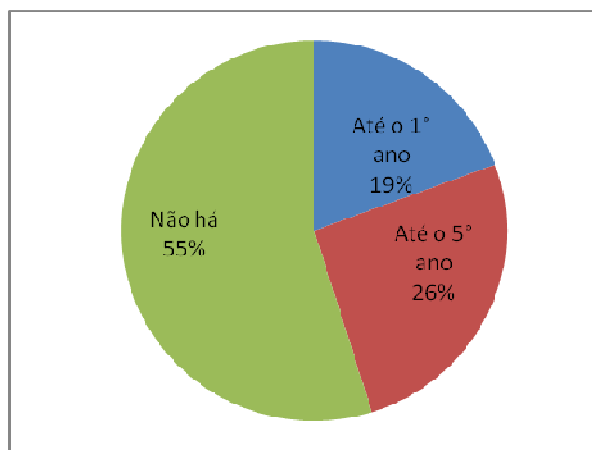


Figura 11 - Percentuais de escolas por nível de ensino dos PA's pesquisados

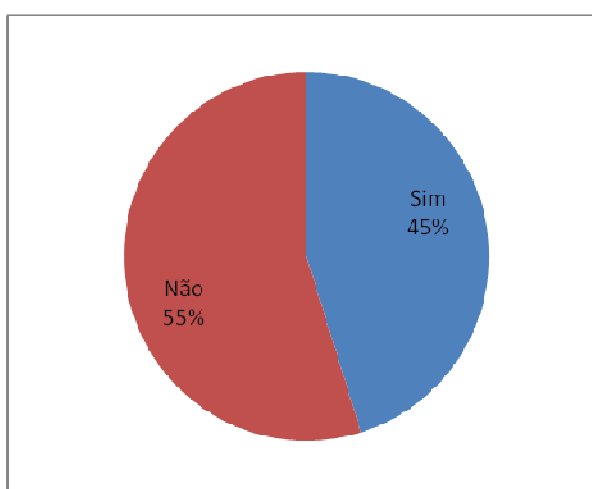


Figura 12 - Percentuais de PA's com Educação para Jovens e Adultos

Com relação a saúde, a maioria dos assentamentos pesquisados (90%) recebem visitas de agentes de saúde (Figura 13).

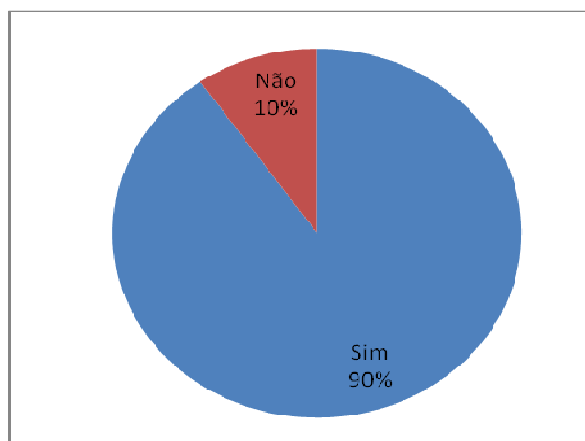


Figura 131 - Percentual de PA's que recebem agentes de saúde

Os projetos de assentamentos Jacinto Ferreira, Adão Preto e Ireno Alves apresentaram as piores condições sociais, cujos índices de desenvolvimento social, foram respectivamente 0,33; 0,41 e 0,43 (Figuras 14 à 16).

Estes assentamentos têm em comum, a ausência de habitações dignas, com as famílias residindo em casas de lona ou taipa; e a Capacitação profissional dos agricultores para o desenvolvimento de atividades de geração de renda compatíveis com a Política Nacional de Reforma Agrária.

O único indicador que se encontra acima do limite aceitável nestes três projetos de assentamentos, é a energia elétrica, implementada, em grande parte dos assentamentos, pelo Programa do Governo Federal Luz para Todos.

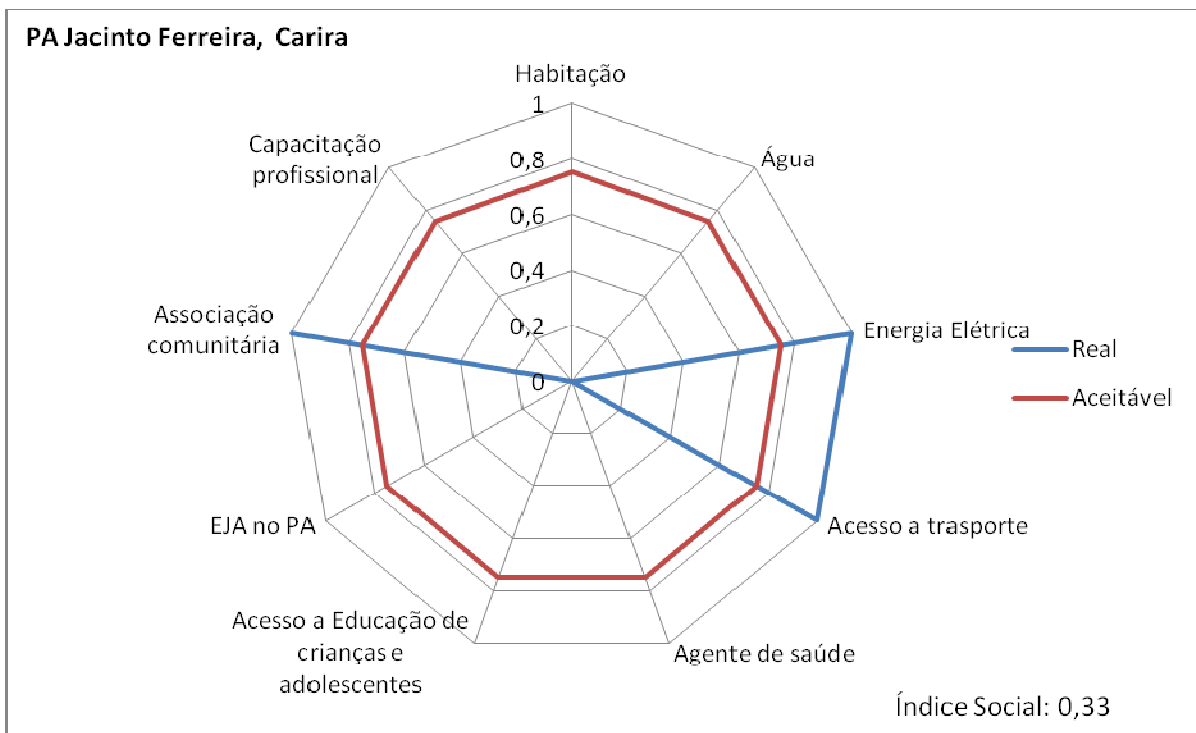


Figura 14: Integração dos Indicadores Sociais do PA Jacinto Ferreira, seus respectivos valores e Índice Social.

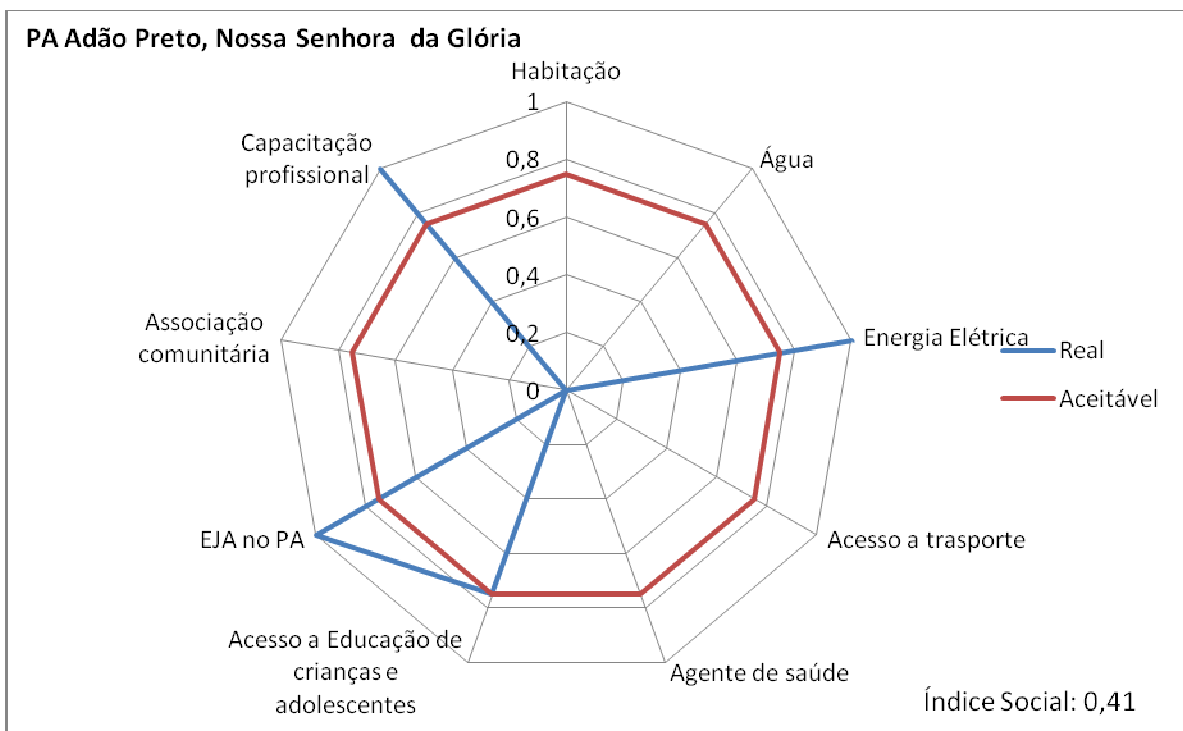


Figura 15: Integração dos Indicadores Sociais do PA Adão Preto, seus respectivos valores e Índice Social.

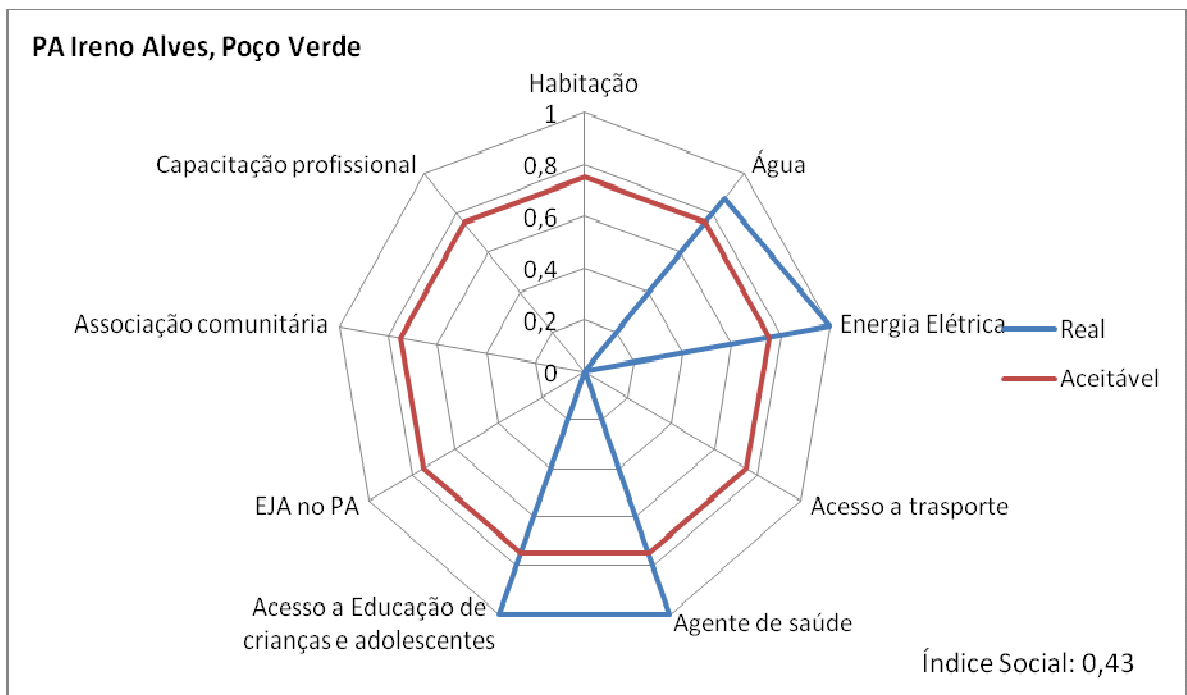


Figura 16: Integração dos Indicadores Sociais do PA Ireno Alves, seus respectivos valores e Índice Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos de assentamentos Pioneira, Edimilson de Oliveira e Queimada Grande apresentaram melhores resultados quanto aos indicadores selecionados. Diante disso, pode-se afirmar que encontram-se em melhores condições o que poderá facilitar a permanência de uma maior número de famílias em seus lotes. Por outro lado, os PA's Jacinto Ferreira, Adão Preto e Ireno Alves apresentaram as piores condições sociais, o que, pode justificar a procura por atividades fora dos assentamentos, para garantia do sustento de suas famílias.

Dos indicadores selecionados, os que obtiveram melhores índices foram “Energia elétrica” e “Agente de saúde”; e os menores índices foram “Capacitação profissional” e “Água”.

A maioria das famílias assentadas é representada por uma associação de moradores, possui casas, assistência técnica, agente de saúde, energia elétrica e cisternas para uma melhor convivência com a seca; no entanto, o analfabetismo ainda é elevado e a seca ainda é um dos maiores entraves para o desenvolvimento social dos assentamentos dos Territórios do Alto Sertão e Sertão Ocidental Sergipano.

A participação em associações é um aspecto potencializador da mobilização das famílias assentadas. Nesse sentido, caso esta participação seja bem conduzida, as famílias podem trabalhar cooperativamente para a promoção de ganhos mútuos.

Os investimentos em infraestruturas e ações para uma melhor convivência dos assentados com a seca e para diminuir o analfabetismo é de fundamental importância para promover a permanência dos assentados no campo e melhorar os índices de desenvolvimento social dos projetos de assentamentos dos Territórios da Cidadania do Alto Sertão e do Sertão Ocidental Sergipano.

REFERÊNCIAS

ASTIER, Marta; GONZÁLEZ, Carlos. Formulación de indicadores socioambientales para evaluaciones de sustentabilidad de sistemas de manejo complejos. (IN) ASTIER, Marta; MASERA, Omar R.; MIYOSHI, Yankuic Galván (Coord). **Evaluación de sustentabilidad. Um enfoque dinámico y multidimensional**. Valencia, España. Ed: Imag Impressions. p. 73-94, 2008.

BRASIL . **Plano Nacional de promoção das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade**. Brasília, 2008.

_____. **Política Nacional de Meio Ambiente**. Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, Brasília.

_____. **Projeto Dom Helder Câmara (PDHC)**. Brasília, 2010.

CASTELLS, M. BORJA, J. **As cidades como atores políticos**. Novos Estudos Cebrap – Dossiê Cidades, 45, jul.1996. (Mimeo).

CENDERO, A. **Técnicas e instrumentos de análise para evaluación, planificación y gestión Del medio ambiente**. Seminário sobre Ciencia, Investigación y Medio Ambiente. 1982 jan.25-30; Bogotá.

GONÇALVES, Eduardo; GAIO, Fremar, P. H. **Capacidade de inovação regional: o papel de instituições e empresas de base tecnológica em Juiz de Fora**. Nova Economia, Belo Horizonte 12 (1), jan-jul. 2002

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Territórios da Cidadania: Relatório de Execução 2010**. Brasília, 2010.

ROCHA, M.R.T; FILIPPI, E. E. **Política para o desenvolvimento dos territórios rurais no Brasil: propostas e fundamentos**, Rio Grande do Sul, 2007.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós Constituinte. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, volume 40, no 3, 1997. pp. 335-376.

SANTOS, Rosely Ferreira dos. **Planejamento Ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de textos, 2004.

Recebido para publicação em 05/07/2012
Aceito para publicação em 15/04/2013